

https://dspace.org/

Taxar os super-ricos pelo direito à cidade!

Veloso, Sérgio

2024-10-02
Southern Centre for Inequality Studies
https://hdl.handle.net/10539/41291

Downloaded from a DSpace repository. https://dspace.org/

TAXAR OS SUPER-RICOS PELO DIREITO À CIDADE!







A desigualdade nas cidades brasileiras é evidente: poucos vivem em luxo enquanto a maioria enfrenta a precariedade. Apartamentos de alto padrão elevam os aluguéis, expulsando moradores antigos. Esse cenário reflete uma injustiça que precisa ser combatida.

O 1% mais rico no Brasil detém quase metade da riqueza, enquanto milhões sobrevivem com dificuldade. Essa concentração agrava a exclusão social nas cidades.

Durante a recente reunião de Ministros de Finanças do G20, o Brasil propôs uma taxa de 2% sobre os super-ricos, que poderia gerar 250 bilhões de dólares por ano. Esses recursos poderiam melhorar infraestrutura, moradias e serviços comunitários.

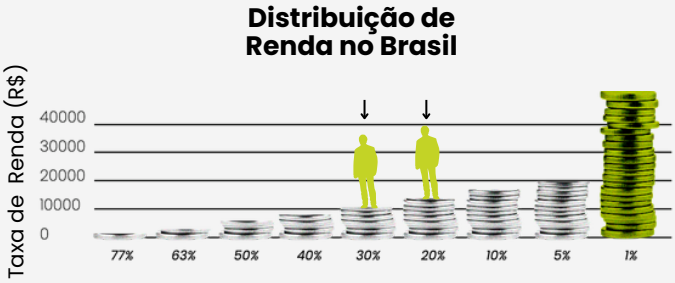
Taxar os super-ricos é o primeiro passo para devolver nossas cidades a quem realmente precisa — porque enquanto eles acumulam fortunas, nós lutamos para sobreviver!

Sérgio Veloso,
BRICS Policy Center

Quem são os super-ricos no Brasil?

Antes de seguir, é importante entender quem são os super-ricos no Brasil. Não estamos falando de quem tem uma casa ou carro seminovo, mas do 1% mais rico, que detém quase metade da riqueza do país. Esse grupo, em um país de 212 milhões de pessoas, representa cerca de 2,1 milhões de indivíduos.

Agora, observe o gráfico abaixo. Se você ganha R$5.000 por mês, pode estar entre os 20% ou 30% mais ricos, mas ainda está longe de ser super-rico. O 1% mais rico tem uma renda média a partir de R$40.000 mensais, enquanto na base mais pobre, a renda é de apenas R$600 mensais. Isso demonstra a profunda desigualdade no Brasil.



Fonte: http://wind.wolrd/income-comparator/

Por que é importante cobrar mais impostos dos super-ricos?

O imposto de renda no Brasil funciona como uma escada: quem ganha menos paga menos. Até aí, tudo bem. Mas o último degrau da escada para antes dos R$5.000. Isso significa que, se você ganha R$5.000 por mês, paga os mesmos 27,5% que o 1% mais rico.



Fonte: IBPT

Não importa se você ganha um pouco mais que R$4.664 ou muito mais. Quem recebe R$40.000 ou mais paga, proporcionalmente, o mesmo que quem ganha R$5.000. Esse é o chamado **"sistema tributário regressivo"**: quanto maior a renda, menor o impacto dos impostos.

Vamos fazer essa conta juntos. Se você ganha R$5.000 e paga 27,5% de imposto, isso corresponde a R$1.375, quase sempre retidos na fonte. Ou seja, sobram R$3.625 líquidos.

Mas não acaba aí: cada compra — de alimentos a contas básicas — inclui impostos embutidos, são os impostos sobre bens e serviços.
No Brasil, 45,6% da arrecadação vem de impostos sobre bens e serviços (Bressan, Cordilha, et al., 2023c), o que pesa mais para quem ganha menos, pois essas pessoas gastam uma parcela maior de sua renda em consumo.

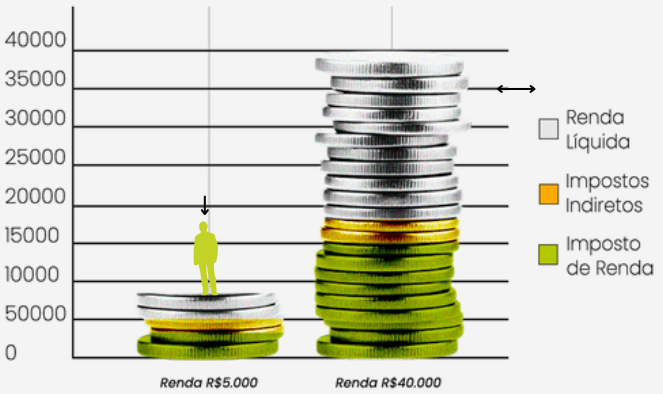
Em média, o brasileiro paga cerca de 25% em impostos indiretos sobre o que consome, incluindo taxas como ICMS, PIS e COFINS, que incidem sobre produtos e serviços do dia a dia.

Assim, se você, que ganha R$5.000 brutos e já tem R$1.375 retidos na fonte, gasta R$2.000 por mês com moradia, alimentos e serviços, paga mais R$500 em impostos indiretos. No fim, R$1.875 da sua renda vão para impostos (renda + consumo), sobrando R$3.125.

Agora pense no super-rico, que ganha, em média, a partir de R$40.000. Após o imposto de renda, sobra R$29.000. Mesmo gastando R$10.000 em despesas, com 25% em impostos indiretos (R$2.500), ainda restam R$26.500.

Ou seja, enquanto você sobrevive com R$3.125, o super-rico tem quase nove vezes mais, mesmo pagando a mesma porcentagem de imposto. Olha o gráfico abaixo pra você ver o tanto que sobra a mais pro super-rico!

Comparação de Renda e Impostos



Por isso, os super-ricos não são ricos apenas pela renda que recebem. Na verdade, a renda é uma parte pequena da riqueza deles. Com uma carga tributária menor que a dos mais pobres, eles têm uma maior capacidade de investir e acumular grandes fortunas em ações, títulos, imóveis e heranças, que são transmitidas de geração em geração.

Essa capacidade de acumular riqueza também abre caminho para outros privilégios. Como apontam Bressan, Cordilha, et al. (2023c), os super-ricos ainda desfrutam de vantagens como lucros e dividendos não tributados, impostos mínimos sobre propriedades e um imposto sobre heranças (ITCMD) bem baixo.
Isso mantém a riqueza concentrada nas mesmas famílias por gerações.

Isso mantém a riqueza concentrada nas mesmas famílias por gerações. Ou seja, se você não nasceu herdeiro, já começa em desvantagem.

Esse sistema perpetua a desigualdade e permite que os super-ricos acumulem mais, enquanto os mais pobres lutam para sobreviver. Por isso, é fundamental que os super-ricos paguem mais impostos!





Esse aumento está relacionado à **financeirização**, que transformou as cidades em cassinos, enriquecendo alguns e aprofundando a desigualdade.

O que é financeirização?

A financeirização ocorre quando os super-ricos transformam bens essenciais, como a terra e moradias, em ativos financeiros, como ações e fundos de investimento.

O Cassino da Desigualdade

A vida nas cidades brasileiras reflete séculos de concentração de riqueza, agravada pela pandemia e pelo governo de Jair Bolsonaro (Bedê, Domingues, et al., 2023; Lavinas, Domingues, et al., 2023b). Durante a pandemia, o número de super-ricos no Brasil aumentou em 562 mil, chegando a 2,1 milhões de milionários em 2021.

Lavinas et al. (2023b) destacam que, desde os anos 1990, produtos financeiros como Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) têm remodelado a desigualdade urbana no Brasil, permitindo aos ricos especular e lucrar sem administrar os bens diretamente.

Com menos impostos, os super-ricos tem dinheiro sobrando para comprar propriedades apenas para especulação, elevando os preços dos

móveis e agravando a crise de moradia.

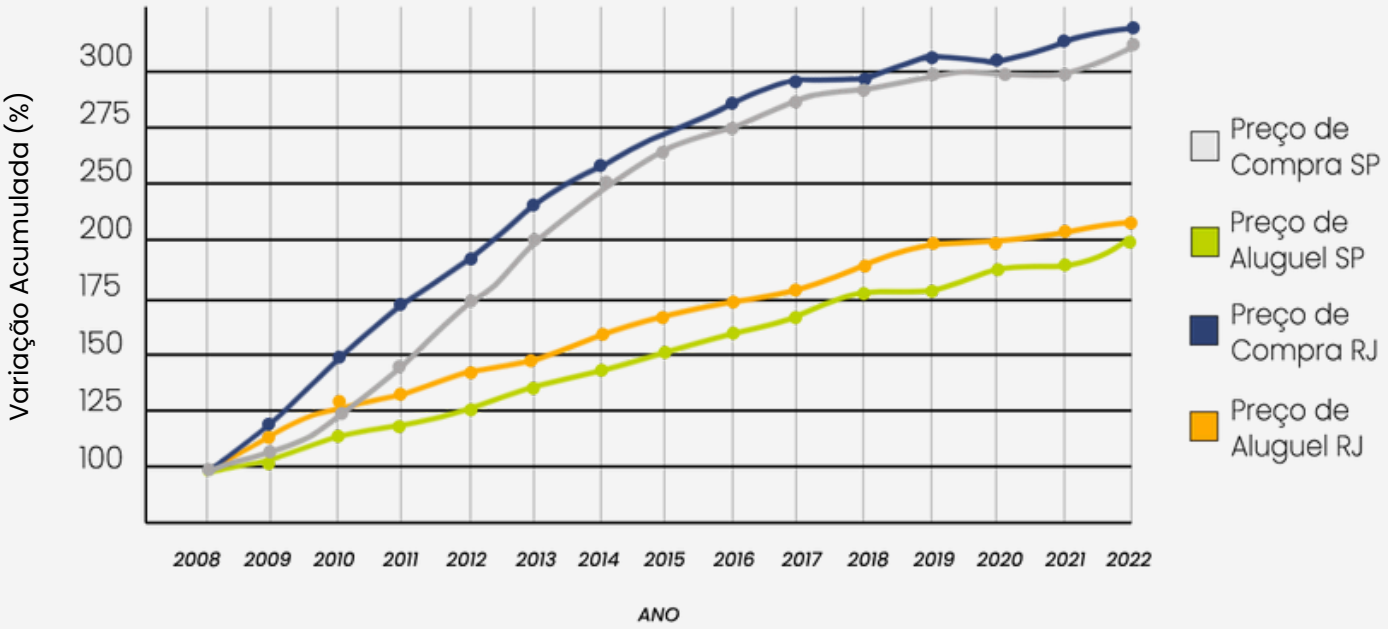
Desde a Lei de Terras de 1850 (Lavinas, Domingues, et al., 2023a), a terra é central para acumulação de riqueza, e com a financeirização, ela se torna uma ficha de cassino, valorizada pela renda futura. Isso atrai grandes investidores, aumentando ainda mais a concentração de riqueza e o custo de vida (Fix, Constantino e Prado, 2023).

A financeirização prioriza o lucro em vez das necessidades de moradia, resultando numa crise habitacional, com mais imóveis concentrados e aluguéis mais caros.

Dá só uma olhada no gráfico abaixo. Entre 2008 e 2022, os preços de venda de imóveis aumentaram cerca de 195% em São Paulo e 190% no Rio de Janeiro, enquanto os aluguéis subiram aproximadamente 98% e 102% (Fix, Constantino e Prado, 2023).

Se você pagava 1000 reais de aluguel em 2008, hoje paga cerca de 1980 reais em São Paulo e 2020 reais no Rio de Janeiro. Seu salário subiu tanto assim?

Flutuação Acumulada de Preço de Compra e Aluguel - SP e RJ (2008-2022)



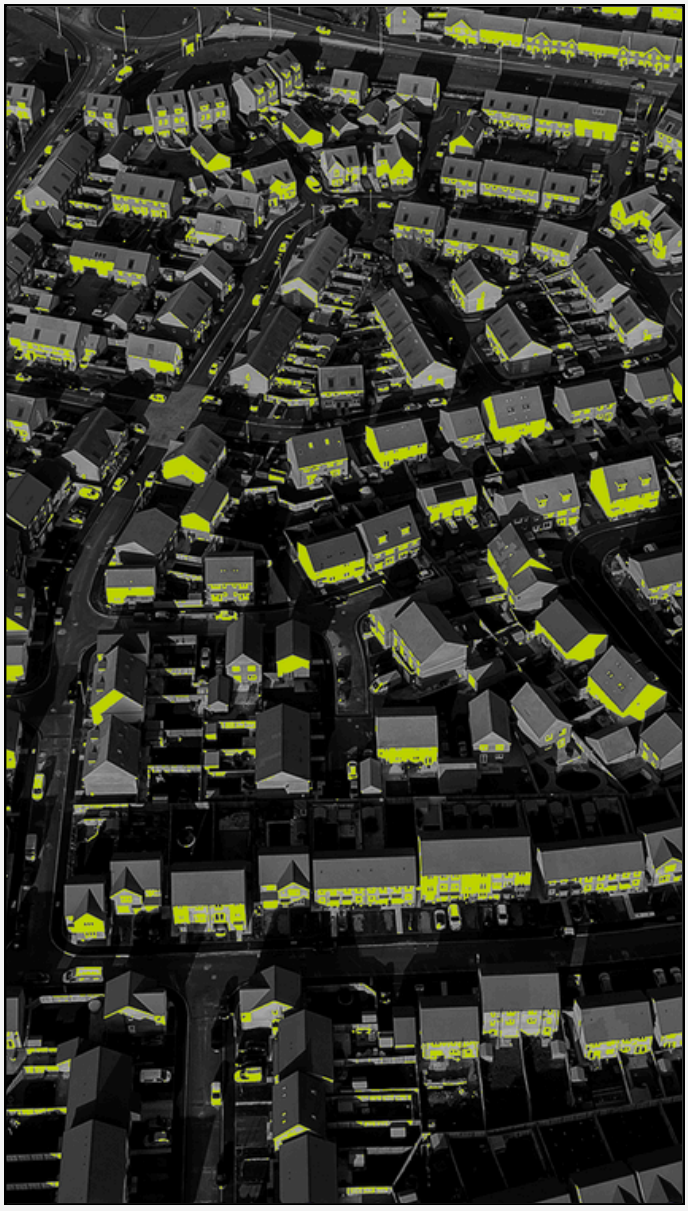
Fonte: Adaptado de Fix, Constantino e Prado (2023), "Urban property, expropriation and wealth concentration in Brazil"

Para mitigar esses impactos, é essencial implementar um imposto sobre a riqueza, direcionando os recursos para serviços públicos e moradias acessíveis.

Por isso, a proposta do Brasil no G20 de taxar grandes fortunas é crucial!

Mas, além disso, como mostram Fix, Constantino e Prado (2023d), a ampliação e progressividade dos impostos sobre a propriedade, como o IPTU e o ITBI, são essenciais para limitar a especulação imobiliária e diminuir o poder dos super-ricos de transformar as cidades em cassinos financeiros, promovendo uma redistribuição mais justa da riqueza acumulada.





TAXAR OS SUPER-RICOS PELO DIREITO À CIDADE!

Como Taxar os Super-Ricos Melhora as Cidades

Menos especulação ➔ Impostos mais altos baixam os preços dos imóveis e aluguéis

Mais moradias ➔ Dinheiro arrecadado investido em habitação popular

Mais justiça ➔ Redistribuição de riqueza melhora a vida de todos

Cidades melhores ➔ Mais recursos para saúde, educação e transporte

Taxar os super-ricos não é apenas aumentar a arrecadação, é sobre recuperar nossas cidades e restaurar a justiça. Por séculos, os ricos colheram os frutos de um sistema que deixa muitos para trás. Agora, precisam contribuir com sua parte.

Um imposto progressivo sobre a riqueza pode financiar serviços públicos, moradias acessíveis e criar oportunidades para todos. Não se trata de punir o sucesso, mas de garantir que ele não venha às custas dos mais pobres.

Leve essa discussão adiante. Ao conscientizar e dialogar, podemos pressionar por cidades mais justas e inclusivas, transformando-as em benefício de todos.



Sérgio Veloso,
BRICS Policy Center

Bibliografia

Bedê, F., Domingues, J., Herz, M., Gonçalves, G., & Rodríguez, M. (2023). Capital and Politics: Links and Distance During the Bolsonaro Government. SCIS Working Paper, 56.
Bressan, L., Cordilha, A. C., Constantino, J., & Rubin, P. (2023c). The Brazilian Tax System. SCIS Working Paper, 54.
Fix, M., Constantino, J., & Prado, A. D. (2023d). Urban Property Expropriation and Wealth Concentration in Brazil. SCIS Working Paper, 57.
Lavinas, L., Cordilha, A., Bressan, L., & Rubin Patricia. (2023b). Mapping Recent Trends in the Distribution of Wealth in Brazil. SCIS Working Papers, 55.
Lavinas, L., Domingues, J., Gonçalves, G., Cordilha, A., Bedê, F., Bressan, L., . . . Rubin, P. (2023a). Brazil: Colonial legacy, Growth Patterns and Power Relations. SCIS Working Paper, 53.